

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

**Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas
em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Autor (s)

Ronilson de Souza Luiz

Título da Pesquisa

Valorização e formação Profissional

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL

Capítulo conclusivo

Esta pesquisa teve como o objetivo geral analisar o currículo do curso de formação de soldados, buscando uma maior *valorização e formação profissional*.

Identifiquei algumas características determinantes que levaram à configuração do modelo atual de grade curricular adotada pela PMESP, contribuindo para organizar um modelo de currículo para a formação de soldados, que possa responder às novas demandas da sociedade multicultural.

Busquei também refletir acerca de questões conexas ao processo de formação dos novos soldados, sugerindo a importância de novas competências para formação profissional, almejando maior êxito do chamado policiamento comunitário.

A unidade-escola pesquisada nasceu em 06 de abril de 1984, quando foram inauguradas as instalações do Centro de Formação de Soldados, sediado na Avenida Doutor Felipe Pinel, 2.859, Vila Clarice, em Pirituba, São Paulo, que se constitui em um órgão de apoio de ensino, subordinado à Diretoria de Ensino da PM. É responsável pela realização do CFSdPM (Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar) e pelo assessoramento e fiscalização dos cursos que são realizados em outras unidades localizadas no Estado, em cumprimento da política de recursos humanos da Instituição, que determina o alistamento e a formação regionalizados, atendendo o anseio das comunidades locais.

As competências e as disposições do Decreto-Lei 667 e R-200 forjam o atual modelo de formação, treinamento, qualificação e parte da atuação diária da PMESP.

No caso da formação, um exemplo dessa herança na área pedagógica é a utilização do termo *adestramento*, que se mostra totalmente inadequado para o ambiente escolar do século XXI, porém diz o art. 2º :

“...2) *adestramento* – atividade destinada a exercitar o policial-militar, individualmente e em equipe, desenvolvendo-lhe a habilidade para o desempenho das tarefas para as quais já recebeu à adequada instrução.”

Chamo a atenção para o que lemos na contracapa da edição nacional, publicada pela Editora Cortez, da obra ***Educação – um tesouro a descobrir***. No livro temos o destaque para os quatro pilares básicos e essenciais a um novo conceito de Educação: aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser, conceitos que agregariam para uma maior ***valorização e formação profissional***.

Estou convencido de que essas orientações de Genebra devem pautar a formação dos novos soldados da PMESP e dos outros Estados da Federação.

Algumas características que não podem ser ignoradas na formação do profissional do futuro, com base no livro citado, são as seguintes: ser flexível; ser capaz e disposto a contribuir para a inovação; e ser criativo; ser capaz de lidar com incertezas; estar interessado e ser capaz de aprender ao longo da vida; ter adquirido sensibilidade social e aptidões para a comunicação; ser capaz de trabalhar em equipe; desejar assumir responsabilidades; tornar-se empreendedor; preparar-se para o mundo do trabalho internacionalizado por meio do conhecimento de diferentes culturas; ser versátil em aptidões multidisciplinares e ter noções de áreas do conhecimento que formam a base de várias habilidades profissionais, como tecnologias e informática.

Com base nestes itens, orientei a redação deste relatório, considerando os resultados obtidos do questionário aplicado em cem policiais. A nova grade curricular ganhou mais 207 horas, passando de 1.710 horas de curso

para atuais 1.927 horas, contemplando novas disciplinas e o aumento dos tempos de outras, como Educação Física e Psicologia / Dinâmica de grupo. Dentre as novas, cito a importante e elogiada “Tutela penal da igualdade racial”, que surgiu junto às UD (unidades didáticas) de Direitos Humanos.

A temática proposta pela SENASP, *valorização e formação profissional* relaciona-se diretamente com esta questão, que foi proposta ao se considerar que na mudança da grade curricular de 2005/2006, teve sua carga dobrada, ou seja, passou de 20 (vinte) horas-aulas para 40 (quarenta) horas-aulas, demonstrando ser grande a necessidade do aporte psicológico para a atividade policial, quer por conseqüências da globalização, quer pelo estresse crescente, em especial, nos grandes centros urbanos.

O edital de convocação de novos policiais militares espera ter candidatos com características ligadas a esta unidade didática tais como relacionamento interpessoal; resistência à fadiga psicofísica; nível de ansiedade diminuído; controle emocional; agressividade controlada e bem canalizada, possuir adequada impulsividade, flexibilidade de conduta, autocrítica, capacidade de mediação de conflitos.

A base da atividade policial está nas relações interpessoais, o PM como prestador de serviços relaciona-se diretamente com o cidadão e é necessário que ele esteja preparado para lidar com pessoas dos mais variados e imprevisíveis comportamentos, por isso o edital de convocação pede relacionamento interpessoal elevado.

À guisa de conclusão, destaco que a PMESP tem, desde março de 2005, uma NI (nota de instrução) regulamentando a nova fase na vida do soldado, funcionando como uma extensão de seu acompanhamento durante o período de curso, que prevê, por exemplo, que o recém-formando ao chegar no Batalhão não poderá ser empregado como motorista de viatura em nenhuma hipótese nos dois

meses iniciais de atividade. Temos aí um desdobramento da grade curricular pesquisada, que proporciona melhor *valorização e formação profissional*.

Assim como ocorre em outras capitais tais como Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, por exemplo, que visitei durante a pesquisa, o relacionamento dos patrulheiros com o órgão corregedor se dá de forma insatisfatória. Uma possibilidade de se amenizar, enquanto não se criam quadros separados, que parece ser a proposta do Ministério da Justiça, é podermos ter maior contato com os integrantes da corregedoria durante o processo de formação, uma vez que especialmente nos grandes centros são crescentes as situações em que o patrulheiro de rua necessita de apoio da corregedoria.

Percebi também que os policiais pouco conhecem as atividades executadas pela corregedoria, que não se limita ao patrulhamento disciplinar. Certamente, a possibilidade de sanção disciplinar guia os quase 70% dos respondentes, que indicaram um relacionamento insuficiente ou regular com o órgão disciplinador, portanto, há erro de interpretação e de entendimento sobre a finalidade saneadora, pois este alto percentual inviabiliza que se explore outros recursos que este importante setor pode apoiar o patrulheiro.

No momento em que me inscrevi para esta pesquisa a grade curricular do CFSd PM havia contemplado há pouco tempo duas novas UD, ou seja, gerenciamento de crises e técnicas não-letais de intervenção policial, que tem por objetivo permitir que o policial não recorra ao armamento bélico antes de esgotar outros meios de persuasão.

Entendo que o currículo deveria alcançar os anos iniciais da carreira do soldado, assim como ocorre com os Oficiais, ou seja, além dos dois anos probatórios, o currículo poderia se estender aos cinco anos iniciais, por exemplo, os quais demonstram ser decisivos para o prosseguimento satisfatório na profissão.

As demandas da atividade policial, hoje, exigem que o soldado tenha discernimento nas mais variadas e complexas situações de sua atuação, em razão de que as novas tecnologias e a dinâmica da velocidade dos grandes centros urbanos, fatos que exigem do soldado desenvoltura e outras competências para a tomada de decisões, portanto, os treinamentos aos quais são submetidos os novos policiais não devem entender o cidadão como o potencial inimigo de outrora, que caracterizava uma visão conformista do agente policial.

A esse respeito Ludwig (1988) esclarece que:

Outro feito importante decorrente de uma organização que se empenha em envolver todos os seus integrantes, refere-se à sensível diminuição ou desaparecimento do conformismo, isto é, do homem standartizado, sem individualidade, sem vontade própria, sem iniciativa, resignado, acomodado. Um soldado conformista pouco serve a um teatro de operações (p.82).

Hoje, tem-se claro que os treinamentos não devem funcionar como adestramento, e sim como processos que forneçam ferramentas para que o aluno após o curso atue como negociador de conflitos.

O currículo oficial para todos os cursos da PMESP tem objetivos definidos por uma diretriz emanada da DE, que segue as orientações do Decreto nº 42.053, publicado no DOE nº 148, de 06Ago de 1997, buscando integração à educação nacional; seleção pelo mérito; profissionalização continuada e progressiva; avaliação integral, continuada e cumulativa; pluralismo pedagógico e aprimoramento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência.

A formação do soldado da Polícia Militar para uma sociedade democrática deve possibilitar a revalorização do currículo como núcleo central da prática educativa e como um dos elementos de promoção da qualidade dos serviços, com administração participativa.

Ainda segundo Ludwig (1998):

A administração participativa, essencialmente democrática, tem o mérito de diminuir sensivelmente os níveis de frustração e agressividade, reações

incompatíveis com o espírito de camaradagem, cooperação e esforço conjunto, essenciais à manutenção do elevado moral de uma tropa. Quanto a isso, já ficou demonstrado que os grupos democráticos são os que revelam melhor moral de grupo em relação aos autoritários (p.80)

A pesquisa ressalta o fato de que o ensino ainda está apoiado em grande parte sobre aulas expositivas e vídeos. Deve-se incentivar a utilização de outras técnicas de ensino que estimulem a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, como simulações, estudos de caso e resolução de problemas.

Valoriza-se na formação dos soldados que se aprenda a contextualizar suas ações, acolherem e respeitarem a diversidade, gerir e lidar com o imprevisto, trabalhar em equipe, enfrentar dilemas éticos da profissão e, sobretudo, considerar a realidade do local onde estão preservando a ordem pública.

Proponho, por fim, pontos que podem ser levantados para dar prosseguimento a investigações futuras: prescrever critérios mais técnicos e eficientes para que se possa exercer a atividade de instrutor ou monitor de ensino na PMESP; dar maior ênfase em “estudos de casos” que apontem para resolução de conflitos; apontar para a necessidade de novas competências para ser policial militar (inteligência interpessoal e resolução de conflitos); antecipar pelo processo formativo às demandas da sociedade; e principalmente, vincular, por um determinado período, o profissional-formador na função docente.

Estes são os desafios reais que não podemos ocultar ou fugir deles. Este trabalho representa a forma pela qual nos foi possível lidar com eles. Se eles puderem incentivar outros, terá cumprido parte de sua função. Contudo, os resultados alcançados continuam inacabados e, por isso, continuarão a ser perseguidos, na ética da convivência, nas próximas revisões curriculares, buscando sempre uma melhor ***valorização e formação profissional.***